



DESTAQUE RURAL Nº 85

15 de Abril de 2020

COBERTURA FLORESTAL NA PROVÍNCIA DE MAPUTO

Mélica Chandamela

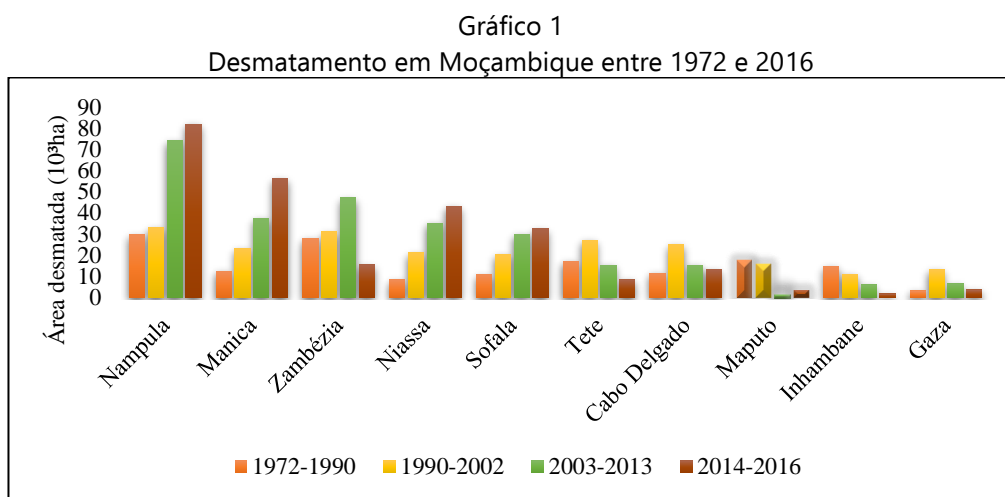
1. INTRODUÇÃO

Estudos realizados nos últimos anos demonstram que o actual modelo de exploração florestal poderá remeter à necessidade de alterar o discurso que refere que Moçambique é um país rico em recursos florestais¹. Entre as principais causas do abate descontrolado das florestas nacionais, estão a agricultura itinerante, o corte ilegal, a fraca fiscalização, planos de manejo ineficientes ou inexistentes, a corrupção, entre outros.²

Este destaque aborda o desflorestamento observado na província de Maputo, o reflorestamento realizado e as possíveis soluções a fim de se observarem melhorias no sector.

2. CONTEXTO

De acordo com o segundo inventário florestal, o país perdeu, entre 1972 e 1990, cerca de 2,74 milhões de hectares de floresta, numa média anual de desmatamento de 152.172 hectares que correspondem a uma taxa de desmatamento de 0,23%. No terceiro Inventário Florestal Nacional, os dados do desmatamento (para o período entre 1990 e 2002) revelaram que o país perdia anualmente 219.000 hectares de florestas, correspondentes a uma taxa de 0,58%³. O gráfico 1 mostra a perda de florestal entre 1972 e 2016.



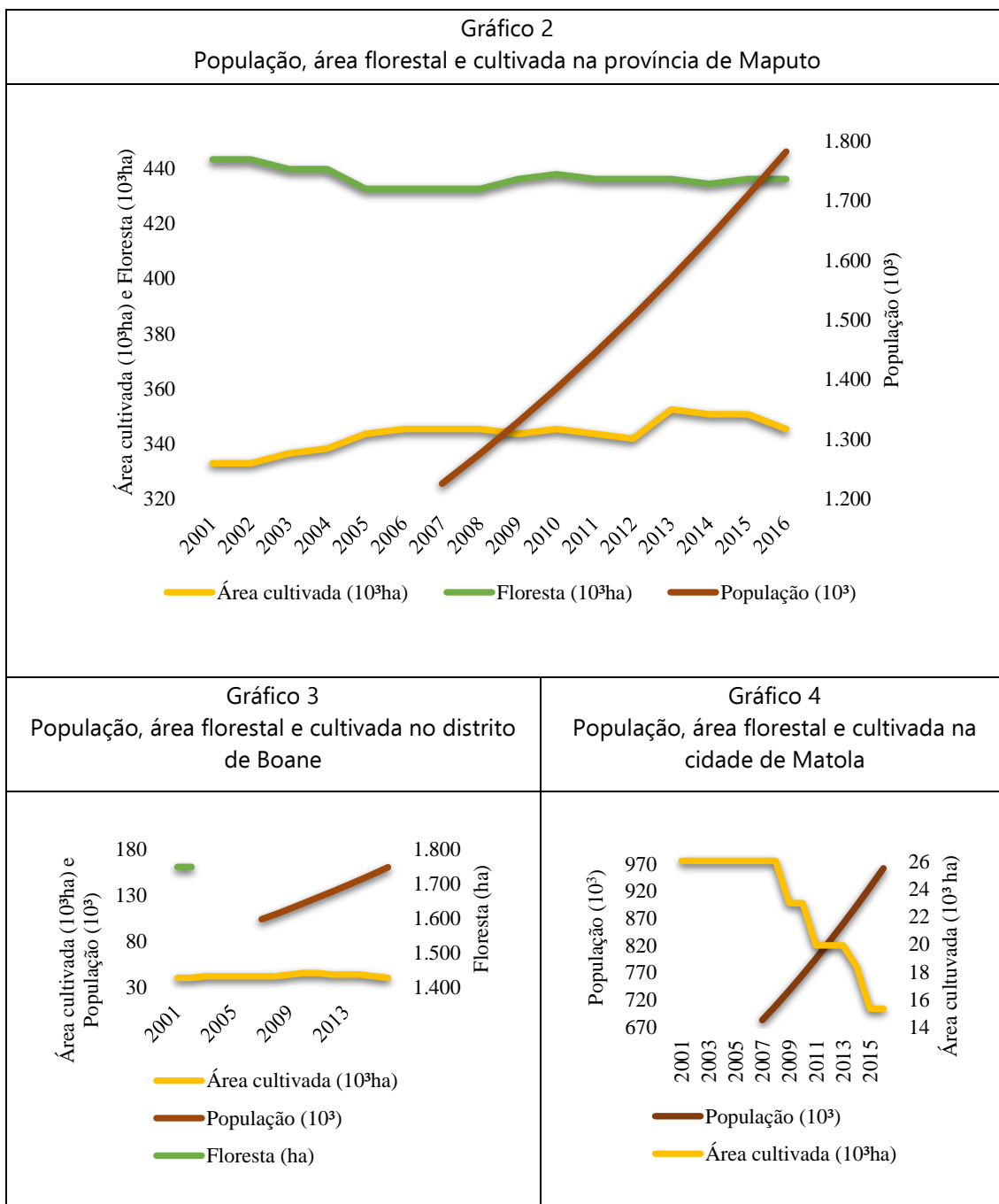
Fonte: Dados fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), 2020.

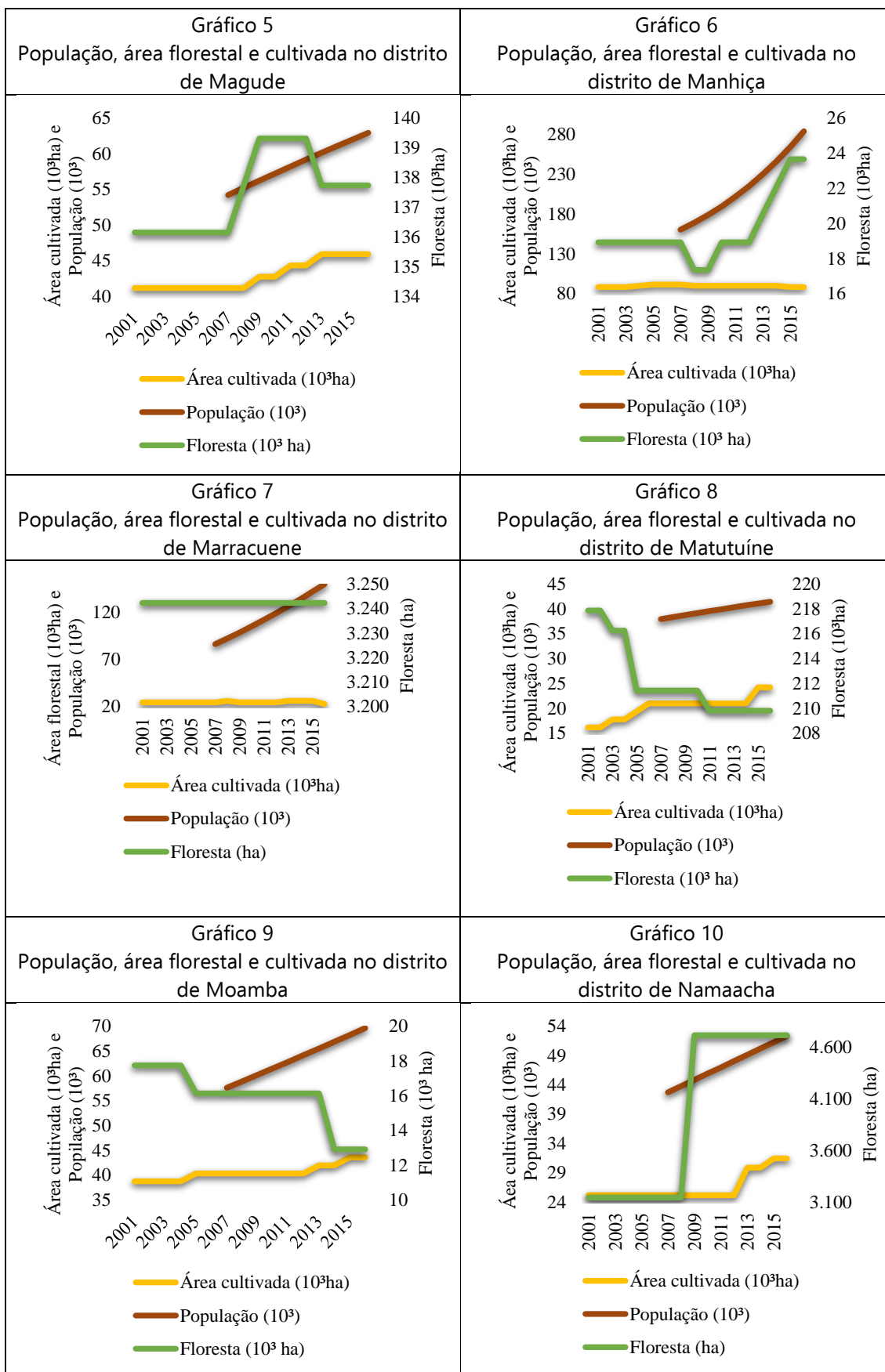
¹ WRM. (2020, Março 5). <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/florestas-de-mocambique-em-extincao/>, acessado em 25 de Fevereiro, 2020.

² Alismo Nhanengue, A. M. (2016). *Desmatamento em Moçambique (2003-2016)*. Maputo: FNDS.

³ Idem

Observa-se no gráfico 1 que a província de Maputo, com perda de cerca de 7% da cobertura florestal da província, é a que mais sofreu pelo desmatamento na zona sul do país, tendo sido a oitava província com maior área desmatada a nível nacional entre os anos 1972 e 2016. É possível ver que a nível desta província houve um decréscimo no desmatamento ao longo do tempo. Os gráficos a seguir (gráficos 2 a 10) mostram a tendência da cobertura florestal em Maputo em comparação com a área agrícola (uma vez que a agricultura itinerante é tida como o principal factor contribuinte para o desflorestamento nacional) e o crescimento demográfico.





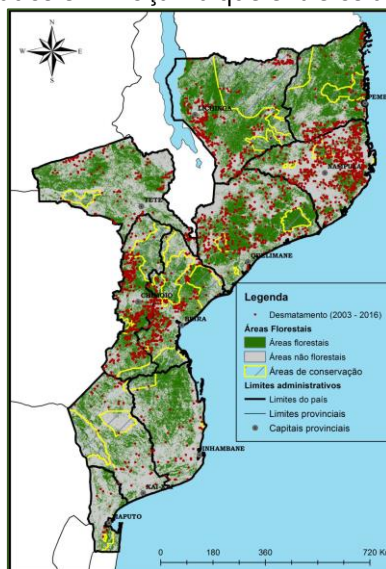
Fonte: Dados fornecidos pelo FNDS e Instituto Nacional de Estatísticas (INE), 2020

Diferente dos casos observados em outras zonas do país⁴, na província de Maputo notam-se oscilações na cobertura florestal, observando-se um aumento de florestas entre 2008 e 2010 assim como em 2014, seguindo-se uma estabilização entre 2015 e 2016. A nível distrital, Observam-se reduções na cobertura florestal em Matutuíne e Moamba. Os distritos de Magude e Manhiça apresentam oscilações e, por fim, Namaacha apresenta um aumento seguido de estabilização nos últimos anos. Em relação à área agrícola, esta evolui de forma quase inversa a linha da evolução da cobertura florestal, também com algumas oscilações e registando uma baixa nos últimos anos representados. Registaram-se aumentos nas áreas agrícolas na maior parte dos distritos.

A procura de produtos florestais tende a aumentar com o crescimento demográfico uma vez que aumenta também a procura pelos mesmos. Os gráficos mostram que, a nível provincial, a evolução da cobertura florestal e da população não são inversas, uma vez que a população cresce continuamente e muito rapidamente enquanto a área florestal apresenta leves oscilações, mantendo-se praticamente constante. Esta realidade está associada ao facto de haver, na zona, fontes mais variadas de rendimento, o que reduz a pressão sobre os recursos florestais. Os distritos de Boane, Manhiça e Marracuene registaram os maiores crescimentos demográficos no período em destaque, não se observando, todavia, impacto significativo deste crescimento nas respectivas áreas florestais⁵.

No mapa 1 pode-se ver os focos de desmatamento no país. O padrão de desmatamento varia nas 3 regiões do país, sendo menor nas províncias da região Sul de Moçambique.

Mapa 1
Pontos desmatados em Moçambique entre os anos 2003 e 2016



- Desflorestamento 2003 – 2016
- Áreas florestais
- Áreas não florestais
- Áreas de conservação

Fonte: Nhanengue, A., 2016⁶

⁴ Estudos anteriores: Cobertura florestal do Corredor da Beira (<https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-60/>); Cobertura florestal na Província da Zambézia (<https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-68/>)

⁵ Apesar de possuir o maior crescimento demográfico de todos os distritos, a cidade de Matola não é mencionada por não possuir área florestal.

⁶ Alismo Nhanengue, A. M. (2016). *Desmatamento em Moçambique (2003-2016)*. Maputo: FNDS.

Na província de Maputo, a média do desmatamento diminuiu significativamente ao longo dos anos, sendo que a "redução da área florestal ... hoje é insignificante"⁷. Uma das causas desta diferença é que parte do carvão consumido em Maputo provém das províncias de Manica e Sofala. O acesso fácil aos mercados, devido à rede viária e rede ferroviária ao longo do corredor facilita esse negócio.⁸

Uma outra possível razão do desmatamento reduzido na província de Maputo é o facto de este ter sido mais intenso nos primeiros anos ou mesmo antes do período analisado neste texto. A emigração do campo para a cidade foi maior na província de Maputo, em direcção às cidades de Maputo e Matola, tendo tido dois efeitos: (1) aumento da procura por produtos florestais; e, (2) menor dependência das famílias nos rendimentos a partir de produtos florestais. Estes dois fenómenos provocaram um maior desmatamento e a vinda de produtos florestais do centro de Moçambique.

3. REFLORESTAMENTO

O quadro 1 apresenta a área reflorestada na província de Maputo entre os anos 2010 e 2018.

Quadro 1
Hectares reflorestados na Província de Maputo

Ano	Província de Maputo (ha)	Nacional (ha)	Percentagem	Percentagem da área de florestas
2010	30	15.786	0,19%	0,01%
2011	310	14.846	2,09%	0,07%
2012	182	9.060	2,01%	0,04%
2013	197	11.552	1,71%	0,05%
2014	1.022	20.738	4,93%	0,24%
2015	116	9.104	1,27%	0,03%
2016	11	4.943	0,22%	0,00%
2017	76	3.037	2,50%	0,02%
2018	128	1.186	10,79%	0,03%

Fonte: Relatórios de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, 2011-2019

Nota-se que, ao longo dos anos, têm sido realizadas acções de reflorestamento na província de Maputo, porém, em proporções inferiores às das restantes provinciais. Uma vez que Maputo não possui uma das maiores coberturas florestais do país e/ou o maior número de focos de desflorestamento, torna-se uma prioridade menor em relação as outras províncias.

4. RESUMO

Entre as possíveis razões do desmatamento observado no país estão a forte migração rural-urbana observada na província, o facto de haver relativamente menor cobertura florestal na província quando comparada as outras, fontes de rendimento mais diferenciadas e menos

⁷ Idem

⁸ Chandamela, M., & Mosca, J. (2019). *Cobertura Florestal no Corredor da Beira*. Maputo: OMR.

dependentes nas florestas e, por fim, o facto de ter havido grande desflorestação no passado o que levou à procura dos produtos já escassos em outras províncias.

Quando comparada a área reflorestada com a área florestal de Maputo, nota-se que as acções de reflorestamento são praticamente insignificantes, sendo que, durante o período estudado, a maior taxa foi de 0,24%. Uma vez que o desmatamento em Maputo é um dos menos intensos em todo o território (tendo sido a terceira província com menor desmatamento no período entre 1972 e 2016), a província não é tida como uma área prioritária para o reflorestamento.

5. RECOMENDAÇÕES

Apesar do desmatamento na província de Maputo não possuir grande, é necessário que se tomem medidas para que se verifiquem melhorias no sector. O aumento da produtividade agrícola, o investimento na transformação primária e secundária da madeira e a adopção de fontes de energia alternativas às florestas como o gás, electricidade e energia solar, são algumas das medidas que poderão travar as actuais tendências de desmatamento. As reformas políticas no sector de florestas que o governo tomou nos últimos anos, nomeadamente a nova política de florestas, o banimento da exportação de madeira em toros e acções de prevenção, fiscalização e combate à actividade ilegal no sector, devem ser reforçadas e implementadas de forma integrada com envolvimento de todos os intervenientes para que os resultados sejam mais notáveis.⁹

Observações feitas em vários países nos últimos anos indicam que o manejo florestal com base na comunidade funciona e pode contribuir para o controlo do uso ilegal e insustentável das florestas. Os princípios fundamentais do Maneio Comunitário de Florestas (MCF) são¹⁰:

- Posse segura das florestas a longo prazo, com limites claros entre as comunidades;
- Direitos de uso bem assentes;
- Descriminalização de todo o uso legítimo de madeira comercial nas florestas comunitárias.

Para o eficiente funcionamento destas medidas é necessário, em primeiro lugar, criar-se incentivos financeiros para as comunidades (para além das ocasiões de capacitação e participação na gestão), de forma que a renda proveniente da protecção e gestão com base na comunidade exceda o custo de protecção e gestão. Em segundo lugar, é necessário facilitar o uso legal da floresta pelas comunidades, de forma a reduzir a utilização de produtos florestais como fonte fundamental de rendimento das famílias, sobretudo em situação de crise. Este patamar pode ser atingido ao reduzir-se a burocracia desnecessária para exploração legal. "Geralmente, a comunidade sabe muito bem como afastar exploradores ilegais, chegando mesmo a arriscar as suas vidas. Regras simples na comunidade são muito mais eficazes do que complicados planos de gestão"¹¹.

Poderiam ser fornecidos direitos às comunidades para detenção e confiscação de produtos ilegais, para além de compensações pelos bens confiscados. "As comunidades da Gâmbia ficam com 100% da receita da venda de produtos confiscados e, na Zâmbia, há a proposta de que

⁹ Alismo Nhanengue, A. M. (2016). *Desmatamento em Moçambique (2003-2016)*. Maputo: FNDS.

¹⁰ IUCN, WWF. (n.d.). *Aperfeiçoando a Governação Florestal em Moçambique*. Maputo: IUCN.

¹¹ Idem

fiquem com 50%".¹² Por fim, a introdução de um prazo de 30 dias para aprovação pelo gabinete distrital de florestas aquando da emissão de licenças pode também ser aplicado, sendo que, passado este período sem resposta, as comunidades podem transportar, sem licença, a madeira para o mercado. "Isso reduz a possibilidade de corrupção, torna o uso legal mais atractivo e motiva as comunidades a ajudarem a impedir a ilegalidade".¹³

¹² Idem

¹³ Idem